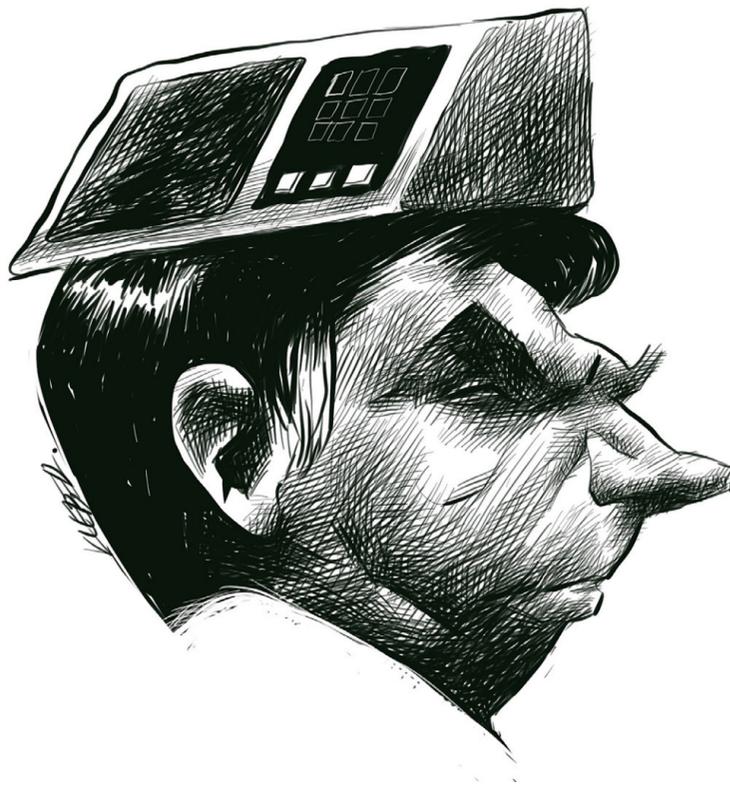


A política e a virtude

» SACHA CALMON
Advogado



Bolsonaro está envolvido em atos de corrupção passiva. Agora, Bolsonaro corre o risco de perder a eleição no primeiro turno, para o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o que contraria a lógica do instituto da reeleição, que favorece quem está no poder com propósito de dar continuidade aos seus bons projetos. É preciso um desgoverno, e errar muito na política, para não se reeleger. É exatamente o que vem fazendo.

A pesquisa DataFolha mostra isso claramente. O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) está com 48% de intenções de votos, contra 27% de Bolsonaro. Ciro Gomes (PDT) tem 7%; André Janones (Avante), 2%; Simone Tebet (MDB), 2%; Pablo Marçal (Pros), 1%; e Vera Lúcia (PSTU), 1%. Branco/nulo/nenhum somam 7%; não sabe, 4%. Felipe d'Avila (Novo), Sofia Manzano (PCB), Leonardo Péricles (UP), Eymael (DC), Luciano Bivar (UB) e General Santos Cruz (Podemos) não pontuaram.

Na simulação de segundo turno, Lula tem 54%, e Bolsonaro, 30%. O DataFolha ouviu 2.556 pessoas entre 25 e 26 de maio, em 181 cidades brasileiras. A margem de erro é de dois pontos para mais ou para menos.

A pesquisa está sendo espinhafrada nas redes sociais pelos bolsonaristas, embora seja uma fotografia do atual momento. A campanha eleitoral somente começa para valer em 15 de agosto. É tempo suficiente para que Bolsonaro e os demais candidatos se repositonem.

A pesquisa estimulada não pode ser comparada com o levantamento anterior, de 22 e 23 de março, porque o ex-governador de São Paulo João Dória está fora da disputa. Naquele levantamento, Lula registrou 43% das intenções de voto, enquanto Bolsonaro tinha 26%, mas o petista já batia na trave de uma vitória no primeiro turno. O DataFolha pegou de surpresa os estrategistas de Bolsonaro e atordoou os políticos do Centrão, porque a vantagem de Lula no Nordeste é avassaladora: 62% a 17%.

Enquanto Lula jogou praticamente parado, e deu algumas declarações infelizes, Bolsonaro se deslocou pelo país, lançou novos programas, baixou medidas provisórias, demitiu dois presidentes da Petrobras, partiu novamente para cima dos ministros do Supremo Tribunal Federal e voltou a levantar suspeitas infundadas sobre as urnas eletrônicas. Retomou sua agenda conservadora nos costumes e iliberal na política. Foi um desastre, que reverteu a aproximação junto aos eleitores moderados e jogou no colo de Lula setores de centro-esquerda preocupados com seus arroubos autoritários.

Depois da pandemia de covid-19, que foi controlada, a Guerra da Ucrânia agravou a situação econômica do país. As medidas

erráticas que vem adotando para conter a inflação e mitigar seus efeitos junto às camadas mais pobres da população também não estão surtindo o efeito desejado. Na prática, a desorientação política reduziu as expectativas de reeleição que Bolsonaro havia projetado.

Há as suspeitas de corrupção envolvendo pastores na liberação de verbas do Ministério da Educação e de compras de vacinas no Ministério da Saúde. Agora, há suspeitas sobre supostas compras superfaturadas de caminhões de lixo por meio de emendas de relator (RP9), o chamado orçamento secreto do Congresso Nacional. Entre 2019 e 2021, o orçamento para a compra de caminhões passou de R\$ 24 milhões para R\$ 200,2 milhões. A quantidade de veículos também cresceu, saiu de 85 para 510, em 2020, revelando uma alta de 500%. Em 2021, ainda foram adquiridos mais 453 caminhões.

Apesar de as aquisições terem caráter social, não há transparência quanto à forma de compra, não seguem nenhuma política pública de saneamento básico nem com questões relacionadas à coleta de lixo. Se trataria apenas de aceno à base eleitoral e ao lobby com o Congresso Nacional e prefeituras — especialmente com políticos do Centrão,

que fazem indicações de apadrinhados para abocanhar os preços superfaturados.

A campanha do Kalil de um projeto progressista, disse o pré-candidato a vice ao EM. “Minha maior aproximação com Kalil não é pessoal, mas política. Política em função do que ele fez em Belo Horizonte na questão social. O que Kalil fez em BH, pode fazer por Minas — e Lula vai tentar fazer pelo Brasil”, emendou.

A reboque do acordo com o PT, Kalil ganha os apoios de PCdoB e PV, que vão formar uma federação partidária com os petistas. A Rede Sustentabilidade, que compôs o governo dele na prefeitura, também deve estar no leque de alianças. Segundo Quintão, uma das ideias é tentar levar, ao grupo, legendas como o PSol e o PSB, que têm pré-candidaturas próprias ao Palácio Tiradentes — Lorene Figueiredo e Saraiva Felipe, respectivamente.

“A apresentação de seu nome ao partido é resultado de um trabalho de anos. Há, também, relação com os movimentos sociais, especialmente no combate à pobreza e à exclusão, de respeito às comunidades tradicionais e indígenas, e às causas civilizatórias — contra a homofobia e em defesa da igualdade racial”, explicou Quintão, o vice.

A consulta da consulta

» DAVID WILSON DE ABREU PARDO

Doutor e mestre em direito pela UFSC, pós-doutor pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB, é juiz federal em Brasília

O Projeto de Lei 191/2020 (PL 191), de autoria do Executivo, fixa condições para realização da pesquisa e lavra de recursos minerais e hidrocarbonetos e o aproveitamento de recursos hídricos para geração de energia elétrica em terras indígenas. São atividades que vão causar severos impactos diretos aos povos indígenas.

Apesar disso, a tramitação do PL 191 não tem observado o teor da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que faz parte da legislação em vigor no Brasil. A adoção do regime de urgência na tramitação do PL 191, a partir de março de 2022, acentua esse problema.

É que, conforme a Convenção 169/OIT, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetar diretamente os povos indígenas, os

governos devem consultá-los, de boa-fé, mediante procedimentos apropriados, através de suas instituições representativas, com objetivo de chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas (art. 6º).

A Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), de igual modo, prevê que os Estados consultarão e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados, por meio de suas instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre, prévio e informado antes de adotar e aplicar medidas legislativas e administrativas que os afetem (art. 19).

A consulta prévia, livre e informada (CPLI) assegura que os povos indígenas, vítimas de violência e discriminação ao longo do tempo, sejam incluídos na tomada de decisões e participem da divisão de benefícios das atividades. Toda vez que puderem ser afetados

direitos e interesses dos povos indígenas de modo direto, imediato, seja social, cultural, espiritual ou economicamente, a consulta prévia deve ser realizada, mesmo que a medida almejada seja uma lei, como resultará da aprovação do PL 191.

O projeto até aborda o que chama de “oitiva” das comunidades indígenas afetadas. Claramente não se trata da CPLI. A oitiva servirá apenas para “explicar e divulgar os objetivos do empreendimento” (art. 10), com publicação do resultado em relatório (art. 12). E o presidente da República poderá pedir autorização ao Congresso Nacional para realizar as atividades, mesmo com manifestação contrária das comunidades (art. 14).

O próprio PL 191 diz que a oitiva não se confunde com outros procedimentos de consulta eventualmente exigíveis pela legislação (art. 13). Uma cláusula que pode ter sido pensada para excluir as atividades de que trata o projeto do alcance de outras leis, como a Convenção OIT/169. A oitiva seria suficiente, sem necessidade da CPLI.

Há nisso um erro. A CPLI é exigível pela legislação em vigor (OIT/169), inclusive para adotar medida legislativa. E a aprovação do PL 191, por si só, impactará específica e diretamente povos indígenas, de um modo que projetos de lei em geral não o fazem.

Primeiro, por fixar condições para atividades que, como a mineração, acarretam pesados ônus e restrições aos direitos dos povos indígenas de decidirem as prioridades de seu processo de desenvolvimento e de preservar sua cultura e a relação especial e coletiva com o território. Esses são direitos garantidos pela Constituição.

Segundo, por regular como a oitiva dos povos indígenas será realizada, sem que haja

qualquer conversação a respeito. É um enorme contrassenso dispor legalmente sobre uma forma de consulta, conquanto rudimentar, sem observar a exigência legal da consulta prévia. É preciso fazer a consulta da consulta. Do contrário, lei importante sobre uma forma de consultar, ainda que incipiente, vai resultar de uma não consulta.

Longe de constituir paradoxo insolúvel, essa é uma obrigação que deve e pode ser cumprida. O Poder Executivo tem noção de como propor algum diálogo, como indica no PL 191. Por sua vez, várias comunidades indígenas no Brasil já adotaram protocolos próprios de consulta. Na medida em que o PL 191 atinge direitos e interesses dos povos indígenas em todo o país, suas entidades representativas em nível nacional poderiam ser as participantes do diálogo. Enfim, o estágio atual sugere a possibilidade de construção conjunta e de realização de uma CPLI, antes da votação do PL 191.

Negar a consulta prévia sobre o PL 191 pode sinalizar que as suas diretivas, quanto a pelo menos escutar comunidades indígenas afetadas pelas atividades, não são para valer. O contrário é bem verdadeiro: a consulta da consulta demonstraria que a previsão de oitivas das comunidades indígenas afetadas decorre da compreensão do poder público de haver um importante direito em jogo, que merece ser respeitado. Inclusive para definir em conjunto diretrizes para consultas futuras sobre atividades específicas.

Enfim, o direito em jogo só pode ser da consulta prévia, livre e informada, que protege os povos indígenas e suas culturas distintas. Observar esse direito é passar a trilhar uma história de inclusão dos povos indígenas no processo democrático constitucional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br

O cordão da vida e da morte

Aborto. Eis aqui uma questão que, a princípio, deveria ficar apenas ao alvitre das mulheres e de autoridades femininas, por motivos óbvios. Mas, em se tratando de um assunto que, quer queiramos ou não, se estende para toda a família e, por tabela, acaba atingindo também a sociedade, o aborto é, de fato, uma discussão que diz respeito a todo o ser humano. Afinal, esse é um tema que fala de vida e de morte, de religião, de ética, de moralidade, de cultura, de ciência e de medicina. Não é, portanto, um tema vulgar, embora muitos o tratem assim. Por isso mesmo, não é nossa intenção tratar de um assunto tão sério em poucas linhas.

Não resta dúvidas de que o tema aborto é uma questão enciclopédica e que acompanha a humanidade desde as cavernas, sendo praticado de várias formas, por motivos diversos e ainda hoje é considerado um assunto controverso, muito longe de uma aceitação plena. A discussão aqui, em pleno século 21, embora muito longe de consenso, ganhou dimensão nunca antes verificada. A razão está no próprio alargamento das mídias sociais. Há hoje uma espécie de debate mundial sobre o tema aborto, catalisado pela Internet e que atinge praticamente todo o planeta.

Há ainda fatores de ordem demográfica a expandir essa discussão. Num mundo em que a explosão populacional é uma questão a propiciar o aumento de catástrofes, como a fome e as guerras, e que apresenta, paralelamente a esses flagelos, um esgotamento dos recursos naturais da Terra e uma paulatina destruição de meio ambiente e do habitat humano, a questão do aborto parece ganhar novos matizes, e não são raros aqueles que acreditam que esse pode ser um método para amainar esses problemas. Nada mais falso e mais distante da verdade.

O maquinismo político, com manobras vernaculares, tenta ludibriar a opinião pública sobre quando realmente existe vida, enquanto a ciência transparente mostra que “biologicamente, é inegável que a formação de um novo ser, com um novo código genético, começa no momento da união entre óvulo e espermatozoide”, como afirma José Roberto Goldim, professor de bioética da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

O aborto não é solução, mas um problema e não será por meio de métodos que buscam a morte, que iremos encontrar soluções para a vida humana. Aliás, o aborto tornou-se, em nosso tempo atual, muito mais do que um problema de saúde pública e nos remete, isso sim, a uma questão que tem muito mais implicações de ordem ontológicas. Ou seja: é, antes de tudo, o resultado do empobrecimento do fator humano inerente a todos. Em suma, o aborto aumenta, na contramão das características humanas.

O abandono do humanismo tem nos levado ao beco imundo e sem saída do abandono da vida. A decisão, tomada agora pela Suprema Corte americana, proibindo constitucionalmente a prática do aborto e delegando essa matéria para o veredito dos estados da União, não representa um retrocesso e sequer um lavar de mãos sobre esse delicado assunto. A Suprema Corte Norte Americana levou 52 anos para tomar uma decisão depois de ter sido enganada, ludibriada e iludida por Roe McCorvey, que confessou não ter sido estuprada como declarou. Sarah Weddington, advogada de Roe justificou as acusações de estupro sustentadas até que o caso chegasse à Suprema Corte, dizendo, anos depois da falsa acusação, o seguinte: “Minha conduta pode não ter sido totalmente ética. Mas eu fiz porque pensei que havia boas razões”.

Em se tratando de uma autêntica federação de estados, com independência de cada membro da união, a corte americana sinalizou que, internamente, seus membros, formados por juristas do mais alto gabarito, não concordam com essa prática, mas, ao mesmo tempo, não podem impedir, por razões constitucionais, os estados de praticá-las. Aqui mesmo, no Brasil, o caso da menina de 11 anos que engravidou e foi induzida pela juíza do caso a não abortar vai, a cada dia, ganhando novos contornos, embora todo o caso corra em segredo de justiça.

Há suspeitas de que ela tenha mantido relações sexuais com outro menor de idade, o que pode dar uma reviravolta em todo o caso. Das infinitas opiniões sobre o tema, talvez as melhores fiquem por conta daquelas mulheres que fizeram o aborto e, passado um tempo para reflexão e amadurecimento, se arrependeram e chegaram à conclusão que jamais voltariam a fazê-lo novamente.

Por certo, esse é um assunto que não acaba aqui nesse texto com um ponto final, mas que irá, com certeza, se estender pelo tempo. Por certo, também, é que não será por meio da morte de um ser inocente que a questão maior, que parece ser a vida dessas mães, ganhará um desfecho feliz e pacífico.

» A frase que foi pronunciada

“Percebi que todo mundo que é a favor do aborto já nasceu”

Ronald Reagan, ex-presidente americano

» História de Brasília

Os ministérios pedem apartamentos demais ao GTB, para não se mudarem para Brasília, e, ainda, para prejudicar o Distrito Federal, estão tentando construir o aeroporto de Brasília no Rio de Janeiro. (Publicada em 02.03.1962)